



PÃO E PAZ

Associação de Solidariedade Social

Relatório

2017



Índice

1 – Introdução	3
2 - Ajudas em Géneros	4
2.1 – Alimentares	4
Banco Alimentar Contra a Fome	4
Re-food Évora	4
Missão Continente – Évora	4
Outros.....	4
2.2 Não Alimentares.....	5
Outros.....	5
3 - Utentes.....	6
3.1 Caracterização	6
3.2. Encaminhamentos.....	7
3.3. Unidade Rede Sem-Abrigo	7
4 – Voluntários	8
5 – Breve Análise Contabilística	9
6 – Conclusão	10
Anexos.....	12
Balanço.....	12
Demonstração de Resultados	12
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	12

1 - Introdução

No ano de 2017 o número de utentes da Pão e Paz manteve-se dentro do espectável sendo o número mais baixo dos últimos anos, não havendo necessidade de existir uma lista de espera o que resulta numa resposta imediata quando é feito o pedido de apoio.

A Pão e Paz desde a sua fundação que vive somente da quotização dos seus associados e de donativos financeiros e em géneros de pessoas/entidades que nos são doados por quem conhece a realidade tão premente que vivemos diariamente.

No ano de 2017, a busca por outro espaço onde possamos concretizar os outros dois objetivos estatutários - higiene pessoal e de roupas e dormida a sem-abrigo - ficou estagnada pois as dificuldades financeiras têm agravado cada vez mais, e têm sido essa a principal preocupação da Pão e Paz. As dificuldades económicas agravaram ao longo do ano pois as despesas são cada vez mais significativas em comparação com os donativos monetários e têm sido imensos os constrangimentos.

No ano de 2017 a Pão e Paz foi convidada a integrar a Unidade de Rede Sem-abrigo, coordenada pelo Instituto Segurança Social, promovida pelo CLASE pois todos os parceiros consideram que tem uma visão privilegiada das situações de maior fragilidade da cidade de Évora. O desafio foi aceite e ao longo do ano tem sido possível fazer um acompanhamento mais amplo e direto às pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

Apesar destas dificuldades não podemos deixar de assinalar o 11º Aniversário da Abertura do Refeitório e no dia 21 de Julho, na sede da Pão e Paz juntamos todos os utentes, voluntários e funcionários para comemorar esta data festiva. Neste dia pudemos contar com o apoio de algumas das unidades hoteleiras da nossa cidade, entre elas o **ÉvoraHotel, Hotel Convento do Espinheiro, Hotel D. Fernando, Hotel Mar de Ar, Hotel Vila Galé, Vitória Stone Hotel e Pousada dos Lóios.**

Realizamos também o já tradicional Almoço de Natal. No dia 22 de Dezembro no Monte Alentejano reunimos mais de 100 pessoas num momento de partilha, convívio e fraternidade em que contamos com a animação do Grupo "Vozes dos Canaviais". Este ano, num modelo distinto dos anos anteriores os voluntários e utentes partilharam a refeição havendo um Buffet em que cada pessoa escolhia o que comia. Há semelhança dos anos transatos contámos com a presença do Sr. **Arcebispo de Évora.** Contámos ainda com a presença do **Presidente da CME de Évora,** bem como os seus **vereadores** que ajudaram no Serviço de Mesa e partilharam a refeição com os nossos utentes. Tivemos ainda a presença do "Pai Natal" para distribuir as lembranças para as crianças

mais pequenas. Os pratos - Lombo com batatas assadas, bacalhau com espinafres, lasanha, pizzas – foram oferta do ÉvoraHotel, Hotel Convento do Espinheiro, Hotel D. Fernando, Hotel Mar de Ar, Hotel Vila Galé, Pousada dos Lóios e Pingo Doce E.N. 114. Houve ainda uma mesa de doces – arroz doce, filhoses, gelatina e bolos em que pudemos contar com o apoio de inúmeras pastelarias e entidades.

2 - Ajudas em Géneros

2.1 - Alimentares

Banco Alimentar Contra a Fome

A Pão e Paz continua a beneficiar do apoio do Banco Alimentar. Para além dos cabazes mensais constituídos, essencialmente, por bens não perecíveis como leguminosas secas, leite, arroz, massas, bolachas, enlatados, óleo, azeite entre outros, recebemos também apoios especiais de fruta e vegetais.

No ano de 2017 recebemos um total de 4590,65Kg de produtos desta entidade, verificando-se um decréscimo face a 2016.

Re-food Évora

O Re-food iniciou a sua atividade em Évora em Maio de 2017 e desde então temos vindo a ser apoiados por este Núcleo que visa eliminar o desperdício e a fome.

Como tal, fez-nos chegar, semanalmente, parte das suas recolhas. Maioritariamente tem-nos doado: sopa, pão e bolos.

Missão Continente – Évora

No ano de 2017, começámos a beneficiar do apoio da Missão Continente que se associou-se à nossa causa em Julho, através da Entreeajuda e Banco Alimentar Contra a Fome de Évora e têm-nos efetuado um donativo trissemanal, composto na sua maioria por pão, bolos, e outros produtos que têm ajudado bastante na redução da nossa despesa mensal, sobretudo de pão.

Outros

A Pão e Paz, neste ano de 2017, continuou a merecer o apoio regular das mais variadas instituições, empresas e particulares, em géneros alimentares destinados quer à confeção das refeições quer a doar diretamente aos utentes. Especial relevância para:

SolSal – Serviços Sociais Salesianos – Continuamos a receber com regularidade parte da recolha que a SolSal efetua nas superfícies comerciais. Recebemos principalmente sopas e iogurtes embora este ano tivesse havido um decréscimo de bens doados em comparação com o ano de 2016.

Evoralimentar, SA. – variados géneros foram recebidos desta empresa e constaram, entre outros, de margarinas, bolachas, cereais;

Fundação Eugénio de Almeida – como vem sendo habitual, 2017 foi mais um ano em que contámos com uma ajuda que nos é tão preciosa, o azeite;

Jerónimo José Mendes & Filhos, Lda. – Desta empresa continuámos a merecer apoio, através de donativos de pão;

Pãezinhos Doces (Escoural) – Também daqui nos chegaram, durante o ano de 2017, tal como em anos anteriores, donativos de pão;

Pingo Doce, SA. – Est. Nac. 114 – as suas doações foram uma constante em 2017, e foram compostas por, essencialmente, iogurtes, fiambre, manteiga, queijo, hortaliças e outros géneros em fim de prazo.

Para além dos donativos em espécie, o Pingo Doce disponibilizou-nos o seu espaço para recolha de géneros. Em 3 recolhas que programámos, com a ajuda de voluntários, angariámos um total de 3038 kg de alimentos.

Vitória Stone Hotel - Semanalmente recolhemos deste hotel pão, bolos e outros produtos.

Recebemos ainda um número considerável de donativos anónimos. Na maioria, são donatários identificados mas que não quiseram recibos.

2.2 Não Alimentares

Outros

Há semelhança dos anos anteriores contámos, mais uma vez, com o apoio dos Angelminds “**Passeio Solidário**” que é organizado pelos irmãos Rosado e em que os artigos recolhidos ao longo do passeio revertem a favor da Pão e Paz. Os produtos alimentares foram utilizados nas refeições e os restantes artigos foram entregues aos nossos utentes.

Em 2017 a ASEA, também realizou uma apreensão de vestuário que depois entregou à Pão e Paz para que estes bens fossem distribuídos pelos nossos utentes.

Há semelhança de anos anteriores foram várias as empresas/entidades hoteleiras que doaram artigos que foram rifados na Feira de S. João e outros eventos, das quais se destacam **Amenities Exclusivas SA., Delta Cafés, Armazéns Marvanejo, Convento do Espinheiro, Ravasqueira, Terreiro do Poço, Mar de Ar Hotel, Évora Hotel, Comenda Grande, Sovena Portugal, SA., Esporão, SA., Evoracor, Lda**, entre outros.

No final de 2017, a Unidade de Saúde Familiar Salus também começou a desenvolver um projeto em que os utentes do serviço fazem doações de produtos que são posteriormente entregues na Pão e Paz.

3 - Utentes

Pelo segundo ano consecutivo a média de utentes da Pão e Paz voltou a descer. Este fenómeno deve-se em parte há existência de outras respostas alimentares semelhantes à que a Pão e Paz proporciona o que se traduz numa dispersão dos utentes. Outros dos fatores prende-se com o atenuar da crise financeira. Deste modo, em 2017 a média de utentes por refeição foi de 101, sendo que o mês em que se verificou um maior pico de refeições distribuídas foi em Abril.

No ano de 2017, a Pão e Paz serviu no total dos almoços e jantares 58.952 refeições.

3.1 Caracterização

Os utentes que recorreram à Pão e Paz, no ano de 2017 têm características muito distintas. Grande parte dos agregados familiares são compostos por mais que uma pessoa e tinham como fonte de rendimento subsidio de desemprego, rendimento social de inserção ou vencimento. Também existe um grande número utentes que não têm qualquer fonte de rendimento. Em termos de géneros o número de utentes ao longo do ano é muito equiparado sendo que existem sempre mais utentes do sexo masculino. A faixa etária mais predominante são as pessoas entre os 50 e 60 anos, mas também os menores de idade. Temos alguns jovens sem qualquer tipo de ocupação, que não estão a estudar nem trabalham e que estão dependentes de familiares o que agrava ainda mais a situação financeira das famílias e mesmo quando se intervém como estes jovens como grande parte não tem rotinas nem motivação acabam por abandonar os programas que integram.

Relativamente à natureza dos problemas dos utentes grande parte apresenta dificuldades a nível financeiro – baixos rendimentos ou falta deles que levam a problemas habitacionais – ações de despejo, rendas em atraso... Grande parte dos agregados familiares gasta maior parte do seu rendimento na despesa de habitação ficando sem meios de fazer face às restantes despesas mensais. Existem ainda utentes com problemas a nível de saúde – doenças autoimunes, problemas saúde mental e problemas oncológicos. Ao longo do ano também acompanhamos algumas gestantes e pessoas em situação de sem-abrigo.

A resposta alimentar que distribuímos às famílias não é completa, servimos diariamente almoço completo e complemento para o jantar (constituído por sopa, pão e fruta). Distribuímos também com alguma frequência leite, cereais, bolachas, iogurtes, bolos que nos são doados por diversos parceiros.

3.2. Encaminhamentos

Ao longo do ano de 2017 foram várias as diligências em encaminhamentos que foram feitos aos utentes para entidades que dão resposta complementar à da Pão e Paz. Foram feitos encaminhamentos para a Fundação Salesiana no apoio ao Estudo dos utentes mais jovens e que demonstravam várias dificuldades de aprendizagem. Também foram encaminhados para o Projeto CLDS Vidas Ativas 3 G vários utentes para apoio a nível de Emprego, Formação e Qualificação com o intuito de proporcionar apoio personalizado, técnicas de procura de emprego e medidas ativas de emprego e também encaminhamento para formação e emprego. Em menor número, mas também significativo, foi feito encaminhamento de pessoas em situação de sem-abrigo para resposta de Centro Acolhimento Temporário.

O número de encaminhamentos mais significativo foi para higiene pessoal e de roupas pois são muitos os utentes que não têm condições de realizar estas ações nas suas habitações e necessitam do apoio das entidades que ofereçam resposta de balneário social e lavandaria. Deste modo é fundamental que os utentes saibam da existência das respostas para depois possam usufruir das mesmas com vista a melhoria das suas condições de vida.

No ano de 2017, também se fizeram diversos encaminhamentos na área da saúde seja no acesso aos cuidados de saúde primários, seja com entidades de apoio específico.

Entre os principais parceiros e entidades para as quais encaminhamos os nossos utentes podemos destacar, **Centro Humanitário - Cruz Vermelha Portuguesa; APPACDM – CLDS Vidas ativas 3 G / Rendimento Social de Inserção; Centro de Acolhimento Temporário do Centro Social e Paroquial de S. Brás; Santa Casa da Misericórdia de Évora; Unidade Saúde Familiar; e Liga Portuguesa Contra o Cancro – Delegação de Évora.**

3.3. Unidade Rede Sem-Abrigo

A Pão e Paz foi convidada pelos parceiros do CLASE para integrar a Unidade de Rede Sem-abrigo coordenada pela Segurança Social de Évora visto que o tecido social da cidade conhece a realidade dos utentes que recorrem ao nosso apoio e reconhecem a proximidade que temos com as pessoas que se encontram na situação de rua. Além disso, a Pão e Paz integrou uma equipa de prevenção para sinalização de pessoas em situação de sem-abrigo, integrou o Plano de Contingência para Pessoas em situação de sem-abrigo, tempo frio, como Equipa de Rua e disponibilizando recursos alimentares enquadrados na resposta que já desenvolve.

Ao longo de 2017, a Pão e Paz, na pessoa da Assistente Social que representa a entidade nesta unidade de rede, tornou-se gestora de 5 casos de pessoas em situação de sem-abrigo – pessoas já acompanhadas na entidade. Como gestora de caso é feito um acompanhamento mais próximo e intrínseco destes casos apoiando no acesso a serviços e satisfação de necessidades que visam a autonomização destas pessoas e a saída da rua. Dois destes casos foram arquivados ao longo do ano, enquanto três seguem para acompanhamento social para o ano de 2018.

4 - Voluntários

O trabalho voluntário continua a ser importantíssimo para conseguirmos alcançar os nossos objetivos. Neste ano de 2017 continuámos a contar com o voluntariado para as mais diversas áreas, principalmente no que diz respeito ao apoio diário no refeitório. Também no respeitante à recolha diária de donativos continuámos dependentes de quem para essa tarefa se voluntariou, com viatura própria. Em diversos eventos levados a cabo foi também preponderante o trabalho dos voluntários, como por exemplo na Feira de S. João.

Continuamos a contar com a ajuda do voluntário Carlos Camejo para a atualização do nosso site uma vez que, é uma das diretrizes da Segurança Social, a obrigatoriedade em ter toda a informação institucional disponível e para além disso serve para mostrar o nosso trabalho.

Em relação aos postos de trabalho contratados, para além da Assistente Social, Cozinheira e Ajudante de Cozinha voltámos a contratar, ao abrigo do programa Emprego +, com apoio do Centro de Emprego, um posto de trabalho para o serviço de secretaria/administrativa, apoio na tesouraria... este posto de trabalho devido ao volume de expediente que existe tornou-se imprescindível.

A responsabilidade dos serviços de gestão e tesouraria continuaram também em 2017 a ser de responsabilidade da direção, sem que para isso tivesse havido alguma remuneração.

Todos os restantes serviços, necessários ao desenvolvimento da atividade da associação foram, nomeadamente os serviços de apoio à cozinha, serviço de mesa, motoristas e outros, executados por voluntários.

No quadro seguinte poderemos avaliar o tão significativo trabalho voluntário, em termos de custos evitados. Os valores são meramente indicativos, pois não têm qualquer registo contabilístico.

Funções Desempenhadas	Nº Voluntários	Total Horas	Valor Hora	Valor Total
Serviços de Cozinha	32	2843	2,91€	8273,13€
Serviços de Escritório	2	215,50	2,92€	629,26€
Serviços de Motorista	6	547	2,92€	1597,24€
Serviços de Aj. Motorista	2	201,5	2,91€	586,37€
Serviços de Mesa	13	35	2,91€	101,85€
Serviços de Limpeza	4	230	2,91€	669,30€
Serviços de Manutenção	5	55,5	2,80€	155,40€
Outros Serviços	116	196	2,80€	548,80€
Totais	180	4323,5		12561,35€

De referir também que, para além do trabalho executado por voluntários, a Pão e Paz beneficiou ainda, neste ano de 2017, de trabalho comunitário. Foram efetuadas 510 horas de apoio à cozinha e limpeza, por dois prestadores.

5 – Breve Análise Contabilística

Designação	2017	2016	Diferença
Receitas			
Vendas e Serviços Prestados	2,957,00€	3.659,00€	- 702,00€
Quotas Associados	2.942,00€	3.159,00€	-217,00€
Livros	15,00€	500,00€	-485,00€
Subsidios , doações e legados à Exploração	8,763,00€	19,019,11€	-10,256,01€
União freguesias Bacelo e Sra da Saude	1,000.00€	400,00€	
IEFP	2,263,80€	7,769,11€	
Fundação Eugenio de Almeida	2,000,00€	2,000,00€	
Fundação D Manuel Mendes da Conceição	2,000,00€	5,000,00€	
Fundação Casa de Bragança	500,00€	500,00€	
Rotary Clube de Evora	1,000,00		
C M E		3,350,00€	
Outros Rendimentos e Ganhos	76,525,76€	94,114,38€	-17,588,60€
Rendimentos Suplementares (rifas e Tampinhas)		3,071,43€	
Donativos em Dinheiro	25,166,00€	32,848,58€	
Donativos em Especie	25,435,30€	25,764,33€	
Anonimos	16,700,65€	22,099,94€	
Consignação de IRS	4,896,76€	5,780,46€	
Juros	63,02€	104,15€	

Rendas	2,460,00€	2,460,00€	
Descontos pagam	35,47€		
Regularizações período anterior	36,43€		
Restituição de Iva	349,12€	522,38€	
Subsídios para Investimento	1,066,50€	1,066,50€	
Venda de Livros doados	316,51€	500,00€	
Total Receitas	88,246,71€	116,896,64	28,649,93€
DESPESAS			
CMVMC	54,698,91€	59,011,58€	
FSE	11,840,02€	12,869,54€	
Custos Pessoal	44,507,30€	33,968,92€	
Outros gastos e perdas	1,666,81€	1,740,61€	
Outros Gastos e Perdas	1,138,95€	689,38€	
Total de Despesas	113,852,00€	108,279,90€	-5,572,10€
Resultado Liquido	-25,605,28€	8,616,61€	

Como podem verificar pelos números neste quadro, o problema principal em 2017 foram a diminuição de donativos e subsídios no valor de 17,588,60€ e o incremento de custos de pessoal, que irá ser corrigido em 2018.

6 – Conclusão

A Pão e Paz é, cada vez mais, uma entidade conhecida pelo tecido social e empresarial do nosso concelho devido ao inúmero trabalho que tem feito pela melhoria das condições de vida dos mais necessitados. O envolvimento da Pão e Paz em inúmeras iniciativas, grupos de trabalho têm permitido o acesso a serviços que visam a melhoria da qualidade de vida dos utentes. A realidade social destes é heterogénea e requer uma intervenção social ampla e complexa e que em articulação com outras entidades tentam dar resposta mais globais. Com este trabalho em rede a Pão e Paz consegue proporcionar, para além da resposta alimentar própria, o acesso a outras respostas da comunidade. Com este trabalho em parceria também se procura a adequação das respostas bem como que não haja sobreposição das mesmas que podem deixar outras pessoas em situação vulnerável. Continuamos a desenvolver a nossa resposta social numa perspectiva de proximidade com os utentes deixando-os mais recetivos para algumas mudanças nas suas esferas pessoais.

Com as inúmeras dificuldades financeiras que temos vindo a sentir sabemos que o nosso futuro é uma incógnita mas iremos continuar a tentar não deixar desprotegidos aqueles que diariamente recorrem ao nosso apoio e que apesar das nossas dificuldades sabemos o papel preponderante que



temos na vida de cada um, já que muitas vezes somos a única resposta que têm e que aceitam. Continuamos sempre com esperança que não estamos sozinhos nesta luta...

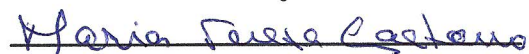
A todos os que diariamente permitem desenvolver este trabalho, voluntários, sócios, funcionários e órgãos sociais a Pão e Paz está muito reconhecida pois sem eles seria muito difícil continuar a desenvolver a esta resposta há mais de uma década.

Aqueles que ao longo deste relatório foram referidos o nosso muito obrigada pelos diversos apoios que nos proporcionam.

E, por fim, queremos deixar o nosso enorme reconhecimento a todos os que ao longo do ano nos entregam as suas dádivas: individuais, empresas, Fundações, Associações, e outras instituições.

Cada apoio é fundamental para nós... O nosso grande BEM HAJA.

A Presidente da Direção



(Maria Teresa Caetano)

O Tesoureiro



(Miguel de Melo Breyner)

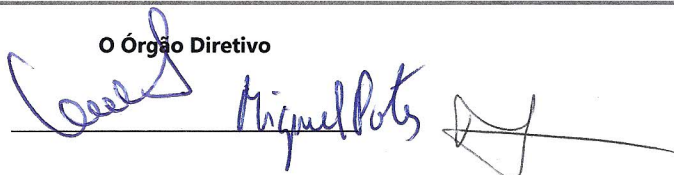
ANEXO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
Morada	RUA DOS PENEDOS, Nº 13
Código postal	7000-531
Localidade	ÉVORA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	506083055
Classificação de atividade económica (CAE)	88990

O Órgão Diretivo



Miguel Potes

O Contabilista Certificado



ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	10
5)	Nota 5 - Clientes e Utentes.....	10
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	11
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	11
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	11
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	12
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis.....	12
11)	Nota 11 - Associados e Membros.....	13
12)	Nota 12 - Fundos Patrimoniais.....	13
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	14
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	15
15)	Nota 15 - Provisões.....	15
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas.....	15
17)	Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados.....	16
18)	Nota 18 - Outros Rendimentos.....	16
19)	Nota 19 - Resultados financeiros.....	16
20)	Nota 20 - Eventos subsequentes.....	16
21)	Nota 21 - Informações relativas a subsídios.....	17
22)	Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais.....	17

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, tem a sua sede em ÉVORA, com o número de identificação fiscal (NIF) 506083055, com o CAE n.º 88990. A Associação tem como atividade principal ACÇÃO SOCIAL SEM ALOJAMENTO.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeirasa) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

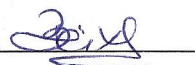
Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

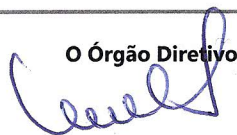
As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registradas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Associação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Associação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

Associação encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.8. Ativos biológicos


Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Associação espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

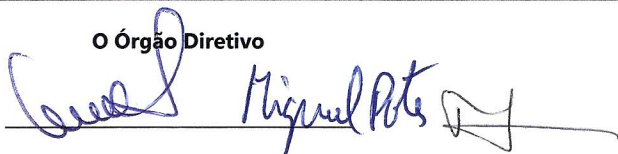
Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.13. Fundo social

Esta rubrica regista as operações referentes aos Fundos Patrimoniais da entidade.

3.14. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

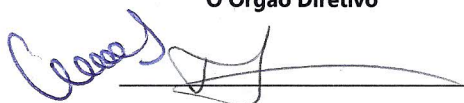
3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado